



A escola como signo da visibilidade: imbricações entre educação e Estado republicano.¹

Valéria Cristina BONINI²

Ester MAMBRINI³

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE

Resumo

O trabalho propõe estabelecer uma leitura dos desfiles do grupo escolar republicano das duas primeiras décadas do século XX como uma estratégia de comunicação para divulgação do ideário da República, que, legitimado na pedagogia escolar, precisa também de legitimação da sociedade. Assim, depois de traçado esse percurso, a escola republicana é vista como signo de visibilidade para situar o evento do desfile do grupo escolar como espetáculo e ritual a serviço da comunicação e conseqüente divulgação dos valores republicanos.

Palavras-chave: Desfile escolar republicano; comunicação do ideário republicano; representação.

Introdução

A história da educação evidencia as estreitas relações historicamente constituídas entre educação e Estado, independente de quais são os contextos sociais e as condições históricas num dado momento. A expressão ‘independente’ no enunciado acima, entretanto, não quer dizer que tais relações entre educação e Estado não são configuradas pelo contexto social; pelo contrário, quer dizer que haverá sempre a imbricação entre educação-Estado, independente do regime de governo e/ou da corrente política que esteja(m) em vigor neste ou naquele momento histórico.

No caso brasileiro, Faria Filho (2000), por exemplo, ao mapear a instrução elementar no século XIX, mostra a instituição escolar como um devir “contínuo e em constante diálogo com outras instituições e estruturas sociais” (p.135), e Azevedo

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, DT6 – Interfaces Comunicacionais, do X Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Educação, linha de pesquisa Comunicação e Educação, UNIT/SE; Especialista em Potenciais da Imagem, UFBA/BA; Professora e Coordenadora dos Cursos de Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda, UNIT/SE; e-mail: ybonini@oi.com.br / valeria_bonini@unit.br

³ Licenciada e Mestre em Letras pela UFRGS/RS; Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo, UNIT/SE; Editora das publicações científicas da UNIT/SE; e-mail: em.unit@uol.com.br



(1996), analisando as origens das instituições escolares do mesmo período, indica a legislação escolar como “um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização” (p.561).

Mas não só isso: o Estado como instituição da ordenação social também opera na definição de políticas para a educação, inclusive como estratégia “representacional de construção de uma cultura e uma identidade nacional”, como nos mostra Oliveira (2010, p.7), relativamente ao período imperial e à política pombalina para o ensino de línguas no século XVIII.

Em relação ao século XX, o panorama histórico das décadas iniciais é o de uma nação em movimentos recém-configurados na incipiente República. No Estado de São Paulo, por exemplo, eram implantados os primeiros ‘grupos escolares’, e o fato de eles serem assim nomeados reflete o deslocamento do eixo pedagógico da instrução, historicamente constituído.

O grupo escolar, instituição nova e modelar, representou naquele momento confiança no futuro, projeção do porvir, a esperança da civilização. Não são apenas os elementos da cultura escrita e científica que são mitificados, mas também a escola como lugar, sua arquitetura, suas finalidades, suas práticas, [...] tudo a tornava um lugar especial; um templo sagrado, um lugar para ser respeitado e reverenciado [...] a síntese mais lapidada compreendendo a ciência, a moral, os valores cívico-patrióticos, o progresso da nação. [...] Essa pedagogia política e simbólica da escola primária não pode ser subestimada na compreensão da cultura brasileira na transição do século XIX para o século XX (SOUZA, 1998, p. 276-277).

Assim, num exercício de traçar um panorama da extensão e abrangência desta relação entre educação e Estado, ao se deslocar o olhar retroativamente para o período Imperial, tem-se inicialmente a preceptoria privada – instrução doméstica e/ou familiar ou a migração dos nobres para centros educacionais da Europa –, e com a vinda da Coroa portuguesa, os grandes colégios privados (SOUZA, 1998), acessíveis aos poucos privilegiados do Império.

Na transição do século XVIII para o XIX, a instrução elementar caracterizou-se por “conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social” (FARIA FILHO, 2000, p.138-139), antecipando-se ao espírito civilizador da República. Ainda que reproduza à época um método individual de ensino, a educação deixa de estar direcionada a apenas um aluno; há uma classe, mas, segundo o autor, ainda que o professor tivesse vários, acabava ensinando



cada aluno individualmente, sendo que tais métodos de ensino estavam relacionados muito mais a uma “forma de organização da classe” do que propriamente a uma forma de ensinar (FARIA FILHO, 2000, p.142).

Esse percurso, por estar permeado e por ser constituído pelo funcionamento do Estado como instituição ordenadora da vida social, inclusive no que se refere à educação, encontrará ressonância também nas práticas pedagógicas na passagem do século XIX para o XX.

Ao relatar como a escola primária graduada é implantada em São Paulo entre 1890 e 1910, Souza (1998) descreve ao mesmo tempo o panorama social e o ideário do projeto civilizatório republicano.

A implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular. Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da nação. (SOUZA, 1998, p.15).

Na implantação da escola como prédio fixo, tem-se a condição de não mobilidade das crianças, como extensão de suas famílias, fixadas no trabalho agrícola do sertão transformando-se nos cafezais que rodeavam a “típica cidade-cogumelo, isto é, conglomerados urbanos que iam surgindo [...] na boca do sertão desbravado pelos cafezais” (SOUZA, 1998, p.97); na denominação ‘grupo escolar’ que nomeia o prédio da escola, o termo ‘classe’ passa a designar “qualquer agrupamento de crianças a cargo de um professor recebendo instrução de uma mesma matéria” (p.34); na expressão ‘escola graduada’, um “sistema de organização vertical do ensino por cursos ou níveis que se sucedem” (p.32) em “divisões do programa aplicado ao agrupamento de alunos de identidades diferentes e níveis equivalentes” (p.34-35); em ‘adjunto’, a expressão que designa “o professor do grupo escolar” (p.71), cuja atuação é regida por uma organização pedagógica, isto é, “um conjunto de regras que determinam racionalmente e de forma precisa o modelo de funcionamento das escolas” (SOUZA, 1998, p.32).

Tal conjunto de regras que define a escola da República foi se consolidando a ponto de o termo escola, até então se referindo à instrução direcionada a um grupo específico de alunos, passar a referir um “espaço especializado com características apropriadas à função” (SOUZA, 1998, p.122). E ‘espaço’ aqui entendido não mais apenas como o da instrução exercida em algum e qualquer lugar, mas sim o espaço que passa a ser co-constitutivo da prática pedagógica e a ter um lugar definido no ordenamento espacial da vida social dos incipientes núcleos urbanos: “a casa-escola



deveria refletir o papel social na instrução primária e os valores atribuídos à educação. Ela haveria de ser, antes de tudo, uma força moral e educativa” (SOUZA, 1998, p.122).

Por estarem assegurados e serem reproduzidos esses atributos da escola republicana pelos seus agentes, tanto no que diz respeito às práticas pedagógicas regidas por critérios racionais, quanto no que se refere aos conteúdos do programa de ensino, a escola primária torna-se então uma importante divulgadora dos valores republicanos, dos quais os “grupos escolares tornaram-se símbolos. Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los” (SOUZA, 1998, p. 16) como estratégia para representação, no espaço público, da educação republicana.

O grupo escolar como símbolo da República

A exibição e a solenização dos valores republicanos civilizadores foram promovidas inicialmente dentro da escola: o prédio-escola era o templo no qual se realizavam as festas anuais de encerramento, com exposição de trabalhos escolares e encenação de números artísticos e de exaltação cívica. A escola era enfeitada e preparada para tais comemorações, das quais faziam parte não só o público interno da escola, mas também a comunidade. Assim,

Essas práticas introduzidas no ensino público ajudaram a criar uma imagem de escola primária à altura dos melhores padrões educacionais existentes. A festa de encerramento compreendia, pois, uma festa oficial, uma solenidade na qual, reunindo toda a comunidade escolar, as famílias, as pessoas “gradas” da sociedade, as autoridades e a imprensa, a escola reafirmava sua identidade e o seu valor social. Por isso, nada melhor para divulgar o seu trabalho e o seu prestígio do que o ar solene, grave, formal dessas festas, juntamente com o espetáculo, a encenação realizada pelos próprios alunos – sentido primeiro da existência da escola (SOUZA, 1998, p.253).

Pessoas de fora da escola participavam do sistema de avaliação dos alunos, e o ritual do exame instituía o marco para as festas de encerramento do ano e as exposições escolares. Mas não se tratava de uma atitude espontânea, nascida da criatividade de um ou outro diretor de escola; pelo contrário, “o regulamento recomendava que a essas festas fosse dada toda a solenidade possível, com vistas a estimular as crianças e a criar no povo o interesse pela escola” (SOUZA, 1998, p. 253).



Foi nas festas de encerramento que a escola republicana tornou-se um local altamente favorecedor para render homenagens ao ideário da República: ao homenagear o governo republicano e a pátria, a festa na escola passou a ser tradição na escola pública, servindo inclusive como um recurso de propaganda da própria escola pública, na convergência dos interesses republicanos, que tinha na política para a educação um de seus pilares.

[...] desfiles foram utilizados como estratégias de propaganda para o exercício do poder do Estado sobre o que se deveria comemorar. [...] Ao se utilizar desses meios espetaculares, o Estado pretendia inculcar consciências patrióticas nos futuros cidadãos por meio da profusão de imagens e símbolos e assim, conquistar o apoio da sociedade (BENCOSTTA, 2004, p.10).

Exaltar a escola tornava-se então um recurso importante para divulgar o ideal civilizatório da escola republicana, a ponto de a escola tornar-se “palco e cenário, algumas vezes caprichosamente ornamentado, onde alunos-atores encenavam para a sociedade o espetáculo da cultura, das letras, da ordem, das lições morais e cívicas” (SOUZA, 1998, p.253-254).

A descrição rica e detalhada das festas escolares, tratadas como notícias pelos jornais da cidade, dá o tom da importância desse acontecimento social, em relação ao qual os articulistas destacavam os aspectos que tinham significado e expressão social: por isso, a decoração do espaço, os trabalhos expostos, as personalidades presentes, a programação com a descrição do número e nome dos alunos participantes, os discursos das autoridades políticas.

Cada um desses atos é uma prática simbólica portadora de significados sociais e culturais. É a expressão de uma cultura escolar e de um imaginário sociopolítico que se quer disseminar por toda a sociedade. O conteúdo do programa da festa de encerramento ilustra o teor da cerimônia pedagógica aliando a solenidade ao espetáculo educativo (SOUZA, 1998, p.255).

Ao longo dos anos, entretanto, o exibicionismo dos eventos foi tornando muito onerosa a realização de tais certames, e ainda que as exposições escolares correspondessem àquelas realizadas no “interior das Exposições Universais e das Exposições Pedagógicas – uma forma característica de exibição e publicidade em voga na segunda metade do século XIX e início do século XX” (SOUZA, 1998, p.264), os



diretores de escolas passaram a enfrentar dificuldades em custeá-las, embora contassem com auxílios de instituições públicas e/ou de autoridades e pessoas importantes na comunidade. Além disso, houve na imprensa da época quem criticasse o exibicionismo dos eventos e a perda do caráter pedagógico, e de fato, a propaganda da escola pública torna-se em pouco tempo desnecessária para atrair a população (SOUZA, 1998).

Antes de isso acontecer, a escola pública, além de palco para as festas de encerramento e das exposições escolares, tornou-se aos poucos palco de realização também das “comemorações cívicas, mais um dentre os traços inequívocos da aliança da escola primária com a República e com os valores cívico-patrióticos” (SOUZA, 1998, p.265): ao solenizar datas notáveis da história, fazendo das datas cívicas uma atividade escolar, o “Estado faz da escola um instrumento de lembrança e memória histórica” (p.265). A autora lembra que a República fora proclamada com a participação de poucas raízes populares, e a necessária legitimação da nova ordem política instituída reclamava a construção de um novo referencial simbólico; assim, “o forte apelo aos valores cívicos e o culto aos símbolos nacionais aparecem, portanto, como uma forma de restabelecer a unidade e a integração social” (SOUZA, 1998, p.266).

Mas se as primeiras festas de encerramento do ano letivo traziam a comunidade para dentro da escola, já em 1901, por exemplo, a festa de encerramento em uma escola terminou “com uma passeata com os alunos uniformizados à frente, depois de encerrada uma sessão literária infantil em uma das salas do edifício escolar” (SOUZA, 1998, p.258). Uma década depois, em 1910, “a festa da bandeira em Campinas foi comemorada com uma passeata das escolas [...] a percorrer o itinerário pelas principais ruas da cidade” (p.268), e também em 1906, as “ruas principais da cidade transformavam-se no palco da exibição da ordem” (SOUZA, 1998, p.270).

Assim, é possível ver nessa dinâmica de movimentos, da comunidade indo à escola e da escola indo à comunidade, o reflexo da escola como um dos pilares do projeto republicano de modernização da sociedade e da civilização das massas. Tendo por perspectiva que ao longo da primeira década do século XX a escola foi consolidada como o espaço/lugar da representação do ideário republicano – representação configurada pelas festas escolares de encerramento – à medida que tal representação se esgota pela eficiência, pelo alto custo e pela crítica da crônica jornalística à época, gradativamente a festa sai da escola para a comunidade, com os desfiles dos grupos escolares pelas ruas principais das cidades.



Os desfiles patrióticos são vistos como uma forma preliminar de imprimir sentimentos cívicos, principalmente pelo fato de as autoridades de ensino responsáveis pela sua organização compreenderem essas celebrações como co-participantes da organização de sentido de comunidade escolar frente à vida social [...]. Portanto, o lembrar dessas comemorações foi repetidamente proclamado como um dos pontos altos dessas manifestações que eram programadas dentro do calendário escolar, nas datas em que afetividades políticas eram postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica (BENCOSTTA, 2004, p.09).

E ao sair para a comunidade, as práticas e as produções pedagógicas enaltecidas nas exposições escolares no interior da escola são substituídas pelos estandartes representativos do ideário republicano: a bandeira e o hino configuram a representação pública de valores cívicos e do culto ao herói, incorporados à pedagogia escolar, e, no desfile, são compartilhados com a comunidade extraescolar: assim, o grupo escolar moderniza a sociedade com a educação formal e civiliza as massas, pela extensão para a comunidade, do imaginário sociopolítico republicano articulado a práticas educativas, pelas quais, “a escola primária [republicana] constituiu sua identidade institucional e estendeu sua pedagogia à sociedade mais ampla” (SOUZA, 1998, p.276) apresentando-se com caráter espetacularizador ritualizado enquanto ideário republicano na formação de um imaginário sociopolítico participativo da memória nacional.

Extraír todo o sentido da escola graduada como templo de civilização requer um olhar atento para as múltiplas dimensões da pedagogia política implantada pelo Estado republicano. A democratização do ensino, a construção da nacionalidade, a formação do cidadão, a educação moral fundada na perspectiva política e social, bem como a estatização da escola e a renovação pedagógica são faces de um mesmo processo político e cultural. Requer, ainda indagar a cultura escolar que se configurou e se tornou peculiar a esses estabelecimentos de ensino (SOUZA, 1998, p.284).

A ordenação da memória nacional pelas práticas públicas da pedagogia escolar pode então ser colocada na perspectiva da representação e simultaneamente da apropriação da cultura, configurada no imaginário social republicano promovido pelos desfiles festivos do grupo escolar.



O desfile do grupo escolar como espetacularização e ritualização do ideário republicano

Herança da escola republicana exaltada nas décadas seguintes do século XX e transformada ao longo do tempo, os desfiles da escola na comunidade se constituem como um palco a serviço também das ideologias do período Vargas e, posteriormente do período militar, ambos fortemente relacionados à necessidade de legitimação pública.

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostra-se tão francamente como a expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da república; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíam momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados (SOUZA, 1998, p.241).

Os desfiles escolares como recurso de divulgação e de propaganda da escola republicana, ao tornarem visível a nova ordem política, o fazem pela ritualização dos elementos associados ao ideário republicano. O ritual é definido não só pela repetição ou pela configuração de fórmulas rígidas, mas também pela “dialética entre o cotidiano e o extraordinário” (SOUZA, 1998, p.251). O que define o rito é o fato de ele ser a base para transformar algo natural em algo social, sendo necessária para isso “uma forma qualquer de dramatização. Por meio dela, o grupo individualiza algum fenômeno e transforma-o em instrumento capaz de individualizar a coletividade, dando-lhe identidade e singularidade” (SOUZA, 1998, p.251).

Os desfiles dos batalhões infantis dos grupos escolares tornam-se assim, uma prática cultural, operando como processos educativos e ao mesmo tempo comunicacionais, pois além de envolverem objetos, equipamentos e suportes materiais, os desfiles escolares envolvem crenças, valores, costumes associados à República, como uma prática cultural que é criada, apreendida, acumulada pelos membros do grupo, sendo transmitida socialmente de uma geração a outra (LAKATOS, 1998).

Como réplicas da corporação militar, o desfile dos batalhões infantis atualizava a figura mítica do soldado como herói da pátria. Em 1897, por exemplo, o diretor do



grupo escolar de Paraibuna organiza uma lista popular a fim de adquirir fundos para “a compra de fardamento e outros objetos para a organização do Batalhão Infantil” (SOUZA, 1998, p.272).

A farda, além de tornar todos iguais, dá corpo à simbologia do poder e da ordem: “seu uso é coerente com a ordem cotidiana e seu formalismo é criado pela consciência aguda da ordem. As fardas simbolizam identidades sociais concretas em que operam em todos os níveis da vida social” (Da Matta *apud* SOUZA, 1998, p.270-272), ou seja, apresentam-se como signos representativos que ritualizam o ideário político proposto pela República.

Talvez isso explique o encantamento que os batalhões infantis produziam nos alunos, nos professores e na sociedade. Ao marcharem (sic) pelas ruas da cidade [...] o batalhão oferecia a representação de um corpo unido e harmônico, tal como deveria (sic) ser a pátria e a nova ordem. [...] a educação desempenha nas sociedades modernas a mesma função desempenhada pelo mito nas sociedades arcaicas, isto é, a instrução tal como o mito, representa o somatório das tradições ancestrais e possui normas que importa não transgredir. Além disso, tanto o mito como a educação escolar originam modelos exemplares para a sociedade. Nesse sentido, a escola primária foi pródiga em modelos de como o novo cidadão da República deveria pensar, sentir e agir (SOUZA, 1998, p.272).

A ritualização dos valores republicanos no espaço público pode ser entendida como comunicação – e como signo representativo – que parte de um processo educacional amplo, entendida como

o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser membro de sua sociedade, de sua família, de seu grupo, de sua vizinhança, de sua nação. Foi assim que adotou a sua cultura, isto é, os modos de pensamento e de ação, suas crenças e valores, seus hábitos e tabus. [...] ninguém lhe ensinou propositadamente como está organizada a sociedade e o que pensa e sente a sua cultura. Isto aconteceu indiretamente, pela experiência acumulada de numerosos pequenos eventos, insignificantes em si mesmos, através dos quais travou relações com diversas pessoas e aprendeu naturalmente a orientar seu comportamento para o que convinha. Tudo foi possível graças à comunicação [...] (BORDENAVE, 1995, 1995, p.17-18).

Assim, a educação é formulada a partir do conhecimento e posicionamento político. Poder redentor, propulsor da educação. Há a necessidade de alfabetizar a



população brasileira e a ‘invenção’ dos grupos escolares configura-se no local onde o ensino é sistematizado de forma a comunicar saberes.

O grupo escolar atravessou o século XX constituindo-se referência básica para a organização seriada das classes, para a utilização racionalizada do tempo e dos espaços e para o controle sistemático do trabalho [...] com referência a esse caldo de cultura que ainda hoje se elaboram as reflexões pedagógicas [...] é na melhor e na mais eficiente organização e utilização dos tempos escolares que apostarão todos aqueles que, envolvidos com a discussão sobre o processo de escolarização no século XIX, defenderão a centralidade da escola na vida social, na formação de um povo ordeiro e civilizado (FARIA FILHO, 2000, p.147-148).

Tem-se o período republicano marcado pelo importante papel do Estado no processo de escolarização, produzida “a partir dos agenciamentos de dar a ver e fortalecer as estruturas de poder estatais podendo, mesmo, ser considerada como um dos momentos de realização dos estados modernos” (FARIA FILHO, 2000, p.146), influenciados, sobretudo, pela comunicação mediadora das práticas culturais.

Educação e Estado, mas também educação, comunicação e cultura.

Sendo a comunicação parte do processo educacional, o registro dos movimentos e práticas (culturais) dos desfiles dos grupos escolares, como espetacularização, estabelece uma relação entre educação, comunicação e cultura, definindo neste caso, os contornos da cultura como processo social, conduzindo os aspectos culturais vigentes e apresentando valores, costumes, hábitos, ideologias, sendo – significativamente – elemento de formação do povo.

A representação transcende a mera característica de signos representativos e, neste caso, procura entender e explicar através dos processos comunicacionais e educativos as relações e as formas simbólicas, “signo que depende de um hábito nato ou adquirido” (Peirce *apud* SANTAELLA; NÖTH, 2001, p.63), de ritualização do ideário republicano como modos de representação.

Devemos distinguir dois tipos de representação: há representações internas ao dispositivo do processo informativo, isto é, *representações mentais*, e há representações externas ao dispositivo [...], isto é *representações públicas*. [...] Há então duas classes e dois processos



[...]: processos intra-subjetivos de pensamento e memória, e processos intersubjetivos através dos quais as representações de um sujeito afetam as representações de outros sujeitos através de modificações dos seus ambientes comuns (Sperber *apud* SANTAELLA; NÖTH, 2001, p.16).

Ante tal referência, é possível estabelecer uma relação entre a escola, signo representativo da visibilidade, e as imbricações entre educação e Estado republicano: instrumento de educação, comunicação e construção do saber. Enquanto práticas simbólicas, os rituais que expressam a inserção da escola no espaço público, através dos desfiles dos grupos escolares no espaço da cidade, permitem evidenciar como a escola primária pode articular práticas educativas e culturais com o imaginário sociopolítico republicano, articulação promovida em especial pela corporificação da escola no espaço público, através dos desfiles escolares, como uma representação simbólica da pedagogia civilizadora das massas (SOUZA, 1998).

Assim, tem-se a escola como a expressão da dimensão simbólica dos valores republicanos. Ao transmitir e produzir cultura, fazendo dos desfiles cívicos uma atividade escolar, “o Estado fez da escola um instrumento de lembrança e de memória histórica da cartilha republicana, fundada na elaboração de um imaginário sociopolítico com vistas a legitimar o novo regime” (SOUZA, 1998, p.265).

A cultura, transmitida como parte do processo educacional, é compreendida como uma diversidade de experiências humanas adquiridas e acumuladas pelo contato social, sendo difundida através dos tempos visando garantir a perpetuação da espécie cultural, definida por Bourdieu (1987) como *habitus*, espécie de sentido do jogo que não implica a necessidade de raciocínio para se orientar e situar de maneira racional no espaço.

A espetacularização e a ritualização como mediadoras dos processos de educação e comunicação do ideário republicano enquanto mecanismo de construção e validação do saber constituem assim identificação representativa: vida, cultura, comportamento, perspectivas, definidores dos rumos da história, portanto, de uma identidade, retratada pelas condições sociais e históricas como instituição ordenadora a práticas pedagógicas que a fizeram surgir.

Para sustentar tal prática simbólica e reproduzi-la como condição de representação da escola enquanto signo de visibilidade, impõe-se a educação não somente como forma de espetacularização e ritualização do ideário republicano, mas também como forma de comunicação, ampliada ao grupo social, objetivando, ao mesmo



tempo, sua transformação/conservação, enquanto práticas de sustentação e de reprodução das relações sociais possíveis (BOURDIEU, 1987).

Além disso, é possível propor que a relação entre educação e Estado, visível no espetáculo dos desfiles escolares, é capaz de dar conta das mediações representativas simultaneamente técnicas, semânticas e estéticas que organizam a produção e a reprodução dos sujeitos concretos da cultura. Uma abordagem sobre os direcionamentos educativos e comunicacionais implica na referência à estética como procedimento no qual a escola é entendida como espaço onde se constituem as identidades valorativas como possibilidades de interpretação.

O exercício de reflexão, pela escola como signo da visibilidade, pode contribuir assim para pontuar as imbricações entre educação e Estado republicano, destacando e ampliando uma corrente reflexiva de formação sobre novas e outras referências a partir de um conjunto de elementos culturais, estéticos, políticos e educacionais, que orientam e definem a escola, a família, a comunidade, a sociedade: mediador dos processos de aprendizagens e construção social do conhecimento; uma prática aprofundada do que tais referências podem trazer enquanto instrumento para a compreensão da história.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. “Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)”. In: VIDAL, Diana (org). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, Editora Mercado de Letras, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Comunicação?** 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução elementar no século XIX”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.



OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes de (org). **A legislação pombalina sobre o ensino das línguas**: suas implicações para a educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010 (no prelo).

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem**. Cognição, semiótica, mídia. 3.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.